

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.464.398 RONDÔNIA

RELATOR : MIN. LUIZ FUX
RECTE.(S) : ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB
ENERGIA ELETRICA
ADV.(A/S) : VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO
RECDO.(A/S) : MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S) : ARTHUR FERREIRA VEIGA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LEI 4.659/2019 DO ESTADO DE RONDÔNIA. EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA. TROCA DE MEDIDORES. OBRIGAÇÃO DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO AO CONSUMIDOR. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. ARTIGO 22, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE ENERGIA. RESOLUÇÃO 414/2010 DA ANEEL. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.703 E 5.610. AGRAVO PROVIDO PARA, DESDE LOGO, PROVER O RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

DECISÃO: Trata-se de agravo nos próprios autos objetivando a reforma de decisão que inadmitiu recurso extraordinário manejado, com arrimo nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão que assentou:

“Constitucional. Lei n. 4.659/19 do Estado de Rondônia, que estabelece prévia notificação ao

ARE 1464398 / RO

consumidor em caso de troca de medidores de energia elétrica. Interferência no Contrato Administrativo de Concessão Pública. Inexistência. Regulamentação no âmbito do Direito do Consumidor. Competência Legislativa concorrente e suplementar. Constitucionalidade da Lei. Ação Direta de Inconstitucionalidade improcedente. Precedentes do STF.

É constitucional a Lei n. 4.659/19, do Estado de Rondônia, que estabelece prévia notificação ao consumidor em caso de troca de medidores de energia elétrica, conquanto, ao legislar sobre o tema, não há nenhuma interferência direta no contrato de concessão pública, em sua essência, de modo a alterar a prestação do serviço e/ou sua tarifação – reservada à União –, tratando-se, sim, de atividade legislativa suplementar do Estado em matéria do Consumidor, visando a proteção dos direitos deste, de modo a aperfeiçoar a relação consumidor-prestador de serviço. Precedente do STF (ADI n. 4.914/AM).“ (Doc. 11, p. 45, destaquei)

Desproveram-se os embargos de declaração opostos (Doc. 21).

Nas razões do apelo extremo, a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE apresenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, aponta violação aos artigos 21, inciso XII, alínea *b*, 22, inciso IV, 24, incisos V e VIII, e 175, *caput* e § único, incisos I, II e IV, da Constituição da República. Alega, em síntese, a ocorrência de invasão da competência privativa da União para legislar sobre energia. Afirma que a Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia não se coaduna com a norma geral então prevista no **artigo 73, § 4º, da Resolução 414/2010 da ANEEL** no sentido de que **a comunicação ao consumidor deveria ser realizada quando da execução do próprio serviço de substituição do medidor de energia elétrica** e não de forma prévia. Assevera que somente a União poderia “*dispor normativamente sobre quaisquer das etapas em que se desdobra o processo de prestação do serviço relacionado com o consumo*

ARE 1464398 / RO

de energia” (Doc. 23, p. 9), conforme decidido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal nos julgamentos das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 3.866, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 16/09/2019; 5.610, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 08/03/2022; e 5.798, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 17/11/2021. Salienta que, *in casu*, “constatada uma fraude no relógio de energia, a distribuidora está impedida de levá-lo para exame, pois precisa, antes, comunicar o responsável pela fraude, deixando o medidor onde está, e retornar somente três dias depois, quando, é óbvio ululante, a irregularidade inicialmente constatada certamente não existirá mais”, bem que o “impedimento de troca de medidores adulterados representa prejuízo aproximado de R\$ 15 milhões de reais ao ano — decorrente da perda de receita aproximada de R\$ 5,1 milhões devido aos casos de descaracterização da irregularidade” (Doc. 23, p. 13). Defende que a matéria em questão não seria de direito do consumidor, mas de direito de usuários de serviços públicos, certo que a Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia, em verdade, “substituiu a normatização setorial aplicável ao setor de energia elétrica” (Doc. 23, p. 18). Ressalta que o Tribunal *a quo* aplicou indevidamente o que decidido por esta Corte no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.914, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 11/05/2021, porquanto “a lei estadual discutida naquela ação impunha o dever de notificação prévia, ressalvados os casos de furto de energia, justamente por se tratar de hipótese normatizada pela ANEEL”, certo que, *in casu*, a Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia “não faz a mesma ressalva, tendo sido redigida de forma a impor o dever de notificação prévia até mesmo para os casos de furto de energia, permitindo a supressão da irregularidade antes mesmo da inspeção” (Doc. 23, p. 22). Requer, ao final, o provimento do recurso extraordinário para reconhecer a inconstitucionalidade da Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia (Doc. 23, p. 23).

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia apresentou contrarrazões ao recurso extraordinário, em que sustenta que a norma estadual ora impugnada, nos termos do artigo 24, incisos V e VIII, da Constituição da República, trata de relação consumerista e está

ARE 1464398 / RO

amparada nas Resoluções 414/2010 e 1.000/2021 da ANEEL, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6.432, Rel. Min. Cármen Lúcia, Plenário, DJe de 14/05/2021; 6.406, Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, DJe de 10/03/2021; e 5.745, Rel. Min. Edson Fachin, Plenário, DJe de 30/09/2019). Assevera que, *in casu*, “o valor constitucional tutelado pela norma em questão não é o serviço de distribuição de energia elétrica em si, mas a segurança do consumidor/usuário” (Doc. 24, p. 32).

A Presidência do Tribunal *a quo* inadmitiu o recurso extraordinário por entender que encontraria óbice nas Súmulas 279, 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal (Doc. 25).

É o relatório. **DECIDO.**

O recurso merece prosperar.

Ab initio, saliente-se que a jurisprudência desta Suprema Corte se firmou no sentido da **competência privativa da União para legislar sobre energia, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Constituição da República**. Nesse sentido, confirmam-se, à guisa de exemplo, os seguintes julgados proferidos em casos análogos ao presente:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 4.724/2006 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ENERGIA ELÉTRICA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. INTERFERÊNCIA INDEVIDA DO ESTADO NO REGIME JURÍDICO DAS CONCESSIONÁRIAS DESSE SERVIÇO PÚBLICO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. A interpretação sistemática dos arts. 21, XII, ‘b’; 22, IV; e 175, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal revela que **a União é responsável pela prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, incumbindo-lhe também legislar sobre o regime jurídico das autorizadas, concessionárias e permissionárias desse serviço público, bem como sobre os direitos do usuário, a política tarifária e a obrigação de**

ARE 1464398 / RO

manutenção da qualidade adequada desse serviço.

2. A norma impugnada altera aspectos relevantes da relação jurídico-contratual mantida entre o Poder concedente federal e as empresas concessionárias do setor de energia elétrica, estabelecendo direito, em benefício do usuário do serviço público, não previsto no instrumento contratual. **A lei estadual onera as concessionárias de serviço público ao dispor sobre a obrigatoriedade de a empresa expedir notificação, acompanhada de aviso de recebimento, previamente à realização de visita técnica no âmbito residencial.**

3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a **inconstitucionalidade da Lei nº 4.724, de 15 de março de 2006, do Estado do Rio de Janeiro.**” (Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.703, Redator p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, Plenário, DJe de 09/05/2023, destaquei)

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI 13.578 DO ESTADO DA BAHIA. PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE RELIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM CASO DE CORTE DE FORNECIMENTO POR FALTA DE PAGAMENTO. ESTABELECIMENTO DE PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO, SEM QUALQUER ÔNUS PARA O CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTIGOS 21, XII, B; 22, IV, E 175, PARÁGRAFO ÚNICO, I, II E III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA DISCIPLINAR E PRESTAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA. REFLEXOS NA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E NA RESPECTIVA POLÍTICA

ARE 1464398 / RO

TARIFÁRIA. REGULAÇÃO SETORIAL ESPECÍFICA DA ANEEL SOBRE O TEMA. AUSÊNCIA DE LACUNA NA REGULAÇÃO SETORIAL. HIPÓTESE QUE NÃO SE CONFUNDE COM A COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO ESTADO-MEMBRO PARA LEGISLAR SOBRE CONSUMO (ARTIGO 24, V E VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO.

1. *O Direito do Consumidor, mercê de abarcar a competência concorrente dos Estados-Membros (artigo 24, V e VIII, da Constituição Federal), não pode conduzir à frustração da teleologia das normas que estabelecem as competências legislativa e administrativa privativas da União. Precedentes: ADI 3661, rel. min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 10/5/2011; ADI 5.253, rel. min. Dias Toffoli, Plenário, DJe de 1º/8/2017; ADI 4.861, rel. min. Gilmar Mendes, Plenário, DJe de 1º/8/2017; ADI 4.477, rel. min. Rosa Weber, Plenário, DJe de 31/5/2017; ADI 2.615, rel. min. Eros Grau, redator do acórdão min. Gilmar Mendes, DJe de 18/5/2015; ADI 4.478, rel. min. Ayres Britto, redator do acórdão min. Luiz Fux, DJe de 29/11/2011.*

2. *Os prazos e valores referentes à religação do fornecimento de energia elétrica não apenas já estão normatizados na legislação setorial pertinente, como o quantum pelo serviços cobráveis e visitas técnicas submetem-se à homologação da ANEEL, razão pela qual não remanesce, sob esse prisma, qualquer espaço para a atuação legislativa estadual, mercê de, a pretexto de ofertar maior proteção ao consumidor, o ente federativo tornar sem efeito norma técnica exarada pela agência reguladora competente.*

ARE 1464398 / RO

3. *In casu*, a lei estadual impugnada, ao dispor sobre a proibição de cobrança de taxa de religação de energia elétrica em caso de corte de fornecimento por falta de pagamento e estabelecer prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para restabelecimento do serviço, sem qualquer ônus para o consumidor, invadiu a competência privativa da União para legislar sobre energia (artigo 22, IV, da Constituição Federal), bem como interferiu na prestação de serviço público federal (artigo 21, XII, b, da Constituição Federal), em diametral contrariedade às normas técnicas setoriais editadas pela ANEEL, com reflexos na respectiva política tarifária.

4. Ação direta CONHECIDA e julgado PROCEDENTE o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual 13.578, de 14/9/2016, do Estado da Bahia.” (**Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.610**, Rel. Min. Luiz Fux, Plenário, DJe de 20/11/2019, destaquei)

A Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia, ora impugnada, proíbe “a troca de medidores e padrões de energia, como de similares instalados pelas concessionárias e prestadoras de serviços essenciais ao fornecimento de energia elétrica, sem a devida comunicação prévia ao consumidor” (Doc. 3, p. 15). Eis o inteiro teor de seus dispositivos:

“Art. 1º. *Fica proibida*, no âmbito do Estado de Rondônia, a troca de medidores e padrões de energia, como de similares instalados pelas concessionárias e prestadoras de serviços essenciais ao fornecimento de energia elétrica, sem a devida comunicação prévia ao consumidor, em conformidade ao estabelecido na Resolução nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 2º. *A concessionária deverá comunicar previamente ao consumidor, por meio de correspondência específica a data e*

ARE 1464398 / RO

a hora da substituição de medidores e padrões de energia, como de similares, quando da execução do serviço, com as informações referentes ao motivo da substituição, contendo as leituras do medidor retirado e do instalado.

Parágrafo único. A empresa concessionária deverá notificar o consumidor responsável pela unidade consumidora 72 (setenta e duas) horas antes da execução do serviço.

Art. 3º. O não cumprimento do disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei, sem prejuízo do estatuído na legislação aplicável, sujeitará à empresa concessionária as seguintes penalidades:

I - multa de 50 UPF's (cinquenta unidades de padrão fiscal) pelo descumprimento do artigo 2º; e

II - multa de 100 UPF's (cem unidades de padrão fiscal) em caso de reincidência.

Parágrafo único. O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, adotará as medidas necessárias para o posterior recebimento dos valores das multas previstas no caput deste artigo, mediante recolhimento por Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE destinado à Fonte 100 (cem).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”
(Doc. 3, p. 15, destaquei)

Nada obstante, *in casu*, a ANEEL disciplinou a matéria em questão, por intermédio da **Resolução 414/2010**, de forma diversa daquela prevista na lei estadual ora impugnada, *in litteris*:

“Art. 73. O medidor e demais equipamentos de medição devem ser fornecidos e instalados pela distribuidora, às suas expensas, exceto quando previsto o contrário em legislação específica.

(...)

ARE 1464398 / RO

§ 4º. *A substituição de equipamentos de medição deve ser comunicada ao consumidor, por meio de correspondência específica, quando da execução desse serviço, com informações referentes ao motivo da substituição e às leituras do medidor retirado e do instalado.”* (Destaquei)

Dessa forma, não remanesce qualquer espaço para a atuação legislativa estadual, mercê de, a pretexto de ofertar maior proteção ao consumidor, o ente federativo tornar sem efeito norma técnica exarada pela agência reguladora competente.

Destarte, verifica-se que o acórdão ora recorrido está em dissonância a jurisprudência desta Suprema Corte, o que recomenda o provimento do recurso *sub examine*.

Ex positis, **PROVEJO** o **AGRAVO** e, com fundamento no disposto no artigo 932, inciso V, do Código de Processo Civil de 2015, **DOU PROVIMENTO** ao **RECURSO EXTRAORDINÁRIO** para **declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade da Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia**, com base nos mencionados precedentes do Plenário desta Suprema Corte.

Publique-se.

Brasília, 11 de março de 2024.

Ministro LUIZ FUX

Relator

Documento assinado digitalmente

29/04/2024

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.464.398
RONDÔNIA**

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S)	: MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S)	: ARTHUR FERREIRA VEIGA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
EMBDO.(A/S)	: ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA
ADV.(A/S)	: VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. EMBARGOS RECEBIDOS COMO AGRAVO INTERNO. ARTIGO 1.024, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DECISÃO PROFERIDA PELO RELATOR. SÚMULA VINCULANTE 10. INAPLICABILIDADE. VIOLAÇÃO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 914.045. TEMA 856 DA REPERCUSSÃO GERAL. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 949, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. LEI 4.659/2019 DO ESTADO DE RONDÔNIA. EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA. TROCA DE MEDIDORES. OBRIGAÇÃO DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO AO CONSUMIDOR. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. ARTIGO 22, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE ENERGIA. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.703 E 5.610. RESOLUÇÕES 414/2010 E 1.000/2021 DA ANEEL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

A C Ó R D ã O

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento virtual de 19 a 26/4/2024, por maioria, recebeu os embargos de declaração como agravo e negou-lhe provimento, nos termos do voto

ARE 1464398 ED / RO

do Relator, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Cármen Lúcia. O Ministro Gilmar Mendes acompanhou o Relator com ressalvas.

Brasília, 29 de abril de 2024.

Ministro **LUIZ FUX - RELATOR**

Documento assinado digitalmente

29/04/2024

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.464.398
RONDÔNIA**

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S)	: MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S)	: ARTHUR FERREIRA VEIGA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
EMBDO.(A/S)	: ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA
ADV.(A/S)	: VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de embargos de declaração opostos pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia à decisão que porta a seguinte ementa:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LEI 4.659/2019 DO ESTADO DE RONDÔNIA. EMPRESAS DE ENERGIA ELÉTRICA. TROCA DE MEDIDORES. OBRIGAÇÃO DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO AO CONSUMIDOR. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. ARTIGO 22, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE ENERGIA. RESOLUÇÃO 414/2010 DA ANEEL. AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.703 E 5.610. AGRAVO PROVIDO PARA, DESDE LOGO, PROVER O RECURSO EXTRAORDINÁRIO.” (Doc. 38)

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia sustenta, em síntese, ter havido **contradição** no referido julgado monocrático. Alega que a Lei Estadual 4.659/2019, objeto da presente ação

ARE 1464398 ED / RO

direta de inconstitucionalidade, trata de relação consumerista, nos termos do artigo 24, incisos V e VIII, da Constituição da República, e foi amparada pela Resolução 1.000/2021 da ANEEL, que revogou, *in totum*, a Resolução 414/2010, utilizada como parâmetro para a decisão ora embargada, motivo pelo qual não haveria tratamento diferenciado da matéria em questão nas respectivas esferas federativas. Salienta que esta Corte, ao julgar a ADI 4.914, reconheceu a constitucionalidade de norma semelhante do Estado do Amazonas que *“obrigou as concessionárias a notificar previamente o consumidor, por meio de carta com aviso de recebimento (AR), sobre a realização de vistoria técnica no medidor”* (Doc. 39, p. 2). Defende, também, a necessidade de *“remessa dos autos ao Plenário do Supremo Tribunal Federal para análise em plenitude da matéria, nos termos do artigo 97 da Constituição da República e da súmula vinculante n. 10”* (Doc. 39, p. 10). Requer, ao final, a atribuição de efeitos modificativos aos presentes embargos de declaração, para *“negar provimento ao recurso interposto, mantendo-se a constitucionalidade material da Lei Estadual nº 4.659/2019 do Estado de Rondônia, em especial, pela compatibilidade da norma estadual com a Resolução nº 1.000 da ANEEL e com o julgamento proferido na ADI 4.914”* (Doc. 39, p. 11).

Devidamente intimada, a **Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE** apresentou contrarrazões aos presentes embargos, em que assevera que a argumentação da embargante *“não se sustenta, pois a RN 414/2010 era a normatização regulatória vigente à época da edição da Lei 4.659/2019 e do ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual, tendo sido a normatização debatida pelo v. acórdão recorrido”* (Doc. 42, p. 2), certo que a decisão ora embargada não se baseou exclusivamente na referida resolução e sim no fato de que a Lei Estadual 4.659/2019 cuidou de matéria de competência privativa da União, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Constituição da República, ao dispor sobre o serviço público de distribuição de energia elétrica, de atribuição exclusiva da União (artigos 21, inciso XII, e 175 da Constituição da República). Salienta, ainda, que a Resolução 1.000/2021 da ANEEL

ARE 1464398 ED / RO

dispôs no mesmo sentido da Resolução 414/2010, que vigorava à época do ajuizamento da presente ação direta de inconstitucionalidade, inexistindo “*vácuo legislativo*” a ser preenchido pelo ente estadual (Doc. 42, p. 4). Destaca que a Lei 83/2010 do Estado do Amazonas, objeto da ADI 4.914, impõe “*o dever de notificação prévia, ressalvados os casos de furto de energia, justamente por se tratar de hipótese normatizada pela ANEEL e que impacta diretamente na remuneração do serviço*”, enquanto a Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia “*não faz a mesma ressalva, tendo sido redigida de forma a impor o dever de notificação prévia até mesmo para os casos de furto de energia, permitindo a supressão da irregularidade antes mesmo da inspeção*” (Doc. 42, p. 5).

É o relatório.

29/04/2024

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.464.398
RONDÔNIA**

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): *Ab initio*, recebo os presentes embargos de declaração como agravo interno, conforme autoriza o artigo 1.024, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015. Ressalte-se ser desnecessária a intimação da parte ora embargante para complementar suas razões recursais, uma vez que houve a devida impugnação dos fundamentos da decisão atacada.

A presente irresignação não merece prosperar, pois resta evidenciado que as razões recursais não trazem argumento algum capaz de infirmar a decisão ora hostilizada, motivo pelo qual deve ser mantida por seus próprios fundamentos.

Quanto à alegação de afronta à cláusula da reserva de plenário, ressalte-se que a jurisprudência desta Suprema Corte está sedimentada no sentido da **inaplicabilidade da Súmula Vinculante 10 à hipótese de existência de precedente do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre o tema**, conforme preconiza o **artigo 949, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015, in litteris**:

“Art. 949. (...)

Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.”

Sob esse enfoque, saliente-se que, ao apreciar o **Recurso Extraordinário com Agravo 914.045**, Rel. Min. Edson Fachin, **Tema 856 da Repercussão Geral**, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ratificou esse entendimento, em acórdão que possui a seguinte ementa:

ARE 1464398 ED / RO

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. REPERCUSSÃO GERAL. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CLÁUSULA DA RESERVA DE PLENÁRIO. ART. 97 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL PLENO DO STF. RESTRIÇÕES IMPOSTAS PELO ESTADO. LIVRE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ECONÔMICA OU PROFISSIONAL. MEIO DE COBRANÇA INDIRETA DE TRIBUTOS.

1. A jurisprudência pacífica desta Corte, agora reafirmada em sede de repercussão geral, entende que é desnecessária a submissão de demanda judicial à regra da reserva de plenário na hipótese em que a decisão judicial estiver fundada em jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal ou em Súmula deste Tribunal, nos termos dos arts. 97 da Constituição Federal, e 481, parágrafo único, do CPC.

2. O Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente entendido que é inconstitucional restrição imposta pelo Estado ao livre exercício de atividade econômica ou profissional, quanto aquelas forem utilizadas como meio de cobrança indireta de tributos.

3. Agravo nos próprios autos conhecido para negar seguimento ao recurso extraordinário, reconhecida a inconstitucionalidade, incidental e com os efeitos da repercussão geral, do inciso III do § 1º do artigo 219 da Lei 6.763/75 do Estado de Minas Gerais.” (DJe de 19/11/2015, destaquei)

Quanto ao mérito da controvérsia, *in casu*, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ao julgar a presente ação direta de inconstitucionalidade da Lei 4.659/2019, assentou:

“Constitucional. Lei n. 4.659/19 do Estado de Rondônia, que estabelece prévia notificação ao consumidor em caso de troca de medidores de energia elétrica. Interferência no Contrato Administrativo de Concessão Pública. Inexistência. Regulamentação no âmbito do Direito do Consumidor. Competência Legislativa

ARE 1464398 ED / RO

concorrente e suplementar. Constitucionalidade da Lei. Ação Direta de Inconstitucionalidade improcedente. Precedentes do STF.

É constitucional a Lei n. 4.659/19, do Estado de Rondônia, que estabelece prévia notificação ao consumidor em caso de troca de medidores de energia elétrica, conquanto, ao legislar sobre o tema, não há nenhuma interferência direta no contrato de concessão pública, em sua essência, de modo a alterar a prestação do serviço elou sua tarifação – reservada à União –, tratando-se, sim, de atividade legislativa suplementar do Estado em matéria do Consumidor, visando a proteção dos direitos deste, de modo a aperfeiçoar a relação consumidor-prestador de serviço. Precedente do STF (ADI n. 4.914/AM).” (Doc. 11, p. 45, destaqui)

A Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia proibiu “a troca de medidores e padrões de energia, como de similares instalados pelas concessionárias e prestadoras de serviços essenciais ao fornecimento de energia elétrica, sem a devida comunicação prévia ao consumidor” (Doc. 3, p. 15). Eis o inteiro teor de seus dispositivos:

“Art. 1º. Fica proibida, no âmbito do Estado de Rondônia, a troca de medidores e padrões de energia, como de similares instalados pelas concessionárias e prestadoras de serviços essenciais ao fornecimento de energia elétrica, sem a devida comunicação prévia ao consumidor, em conformidade ao estabelecido na Resolução nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 2º. A concessionária deverá comunicar previamente ao consumidor, por meio de correspondência específica a data e a hora da substituição de medidores e padrões de energia, como de similares, quando da execução do serviço, com as informações referentes ao motivo da substituição, contendo as leituras do medidor retirado e do instalado.

Parágrafo único. A empresa concessionária deverá notificar o consumidor responsável pela unidade consumidora 72 (setenta e duas) horas antes da execução do serviço.

Art. 3º. O não cumprimento do disposto nos artigos 1º e 2º

ARE 1464398 ED / RO

desta Lei, sem prejuízo do estatuído na legislação aplicável, sujeitará à empresa concessionária as seguintes penalidades:

I - multa de 50 UPF's (cinquenta unidades de padrão fiscal) pelo descumprimento do artigo 2º; e

II - multa de 100 UPF's (cem unidades de padrão fiscal) em caso de reincidência.

Parágrafo único. O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, adotará as medidas necessárias para o posterior recebimento dos valores das multas previstas no caput deste artigo, mediante recolhimento por Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE destinado à Fonte 100 (cem).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”
(Doc. 3, p. 15, destaquei)

Como enfatizado na decisão ora recorrida, a jurisprudência desta Suprema Corte se firmou no sentido da **competência privativa da União para legislar sobre energia, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Constituição da República**. Nesse sentido, confirmam-se, à guisa de exemplo, os seguintes julgados proferidos em casos análogos ao presente:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI 4.724/2006 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ENERGIA ELÉTRICA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. INTERFERÊNCIA INDEVIDA DO ESTADO NO REGIME JURÍDICO DAS CONCESSIONÁRIAS DESSE SERVIÇO PÚBLICO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. A interpretação sistemática dos arts. 21, XII, 'b'; 22, IV; e 175, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal revela que a União é responsável pela prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica, incumbindo-lhe também legislar sobre o regime jurídico das autorizadas, concessionárias e permissionárias desse serviço público, bem como sobre os direitos do usuário, a política tarifária e a obrigação de manutenção da qualidade adequada desse serviço.

2. A norma impugnada altera aspectos relevantes da relação jurídico-contratual mantida entre o Poder concedente federal e as

ARE 1464398 ED / RO

empresas concessionárias do setor de energia elétrica, estabelecendo direito, em benefício do usuário do serviço público, não previsto no instrumento contratual. A lei estadual onera as concessionárias de serviço público ao dispor sobre a obrigatoriedade de a empresa expedir notificação, acompanhada de aviso de recebimento, previamente à realização de visita técnica no âmbito residencial.

3. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a *inconstitucionalidade da Lei nº 4.724, de 15 de março de 2006, do Estado do Rio de Janeiro.*” (Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.703, Redator p/ o acórdão Min. Gilmar Mendes, Plenário, DJe de 09/05/2023, destaquei)

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI 13.578 DO ESTADO DA BAHIA. PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE TAXA DE RELIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM CASO DE CORTE DE FORNECIMENTO POR FALTA DE PAGAMENTO. ESTABELECIMENTO DE PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS PARA RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO, SEM QUALQUER ÔNUS PARA O CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTIGOS 21, XII, B; 22, IV, E 175, PARÁGRAFO ÚNICO, I, II E III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA DISCIPLINAR E PRESTAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA. REFLEXOS NA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E NA RESPECTIVA POLÍTICA TARIFÁRIA. REGULAÇÃO SETORIAL ESPECÍFICA DA ANEEL SOBRE O TEMA. AUSÊNCIA DE LACUNA NA REGULAÇÃO SETORIAL. HIPÓTESE QUE NÃO SE CONFUNDE COM A COMPETÊNCIA CONCORRENTE DO ESTADO-MEMBRO PARA LEGISLAR SOBRE CONSUMO (ARTIGO 24, V E VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE CONHECIDA E JULGADO PROCEDENTE O PEDIDO.

1. O Direito do Consumidor, mercê de abarcar a competência

ARE 1464398 ED / RO

concorrente dos Estados-Membros (artigo 24, V e VIII, da Constituição Federal), não pode conduzir à frustração da teleologia das normas que estabelecem as competências legislativa e administrativa privativas da União. Precedentes: ADI 3661, rel. min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, DJe de 10/5/2011; ADI 5.253, rel. min. Dias Toffoli, Plenário, DJe de 1º/8/2017; ADI 4.861, rel. min. Gilmar Mendes, Plenário, DJe de 1º/8/2017; ADI 4.477, rel. min. Rosa Weber, Plenário, DJe de 31/5/2017; ADI 2.615, rel. min. Eros Grau, redator do acórdão min. Gilmar Mendes, DJe de 18/5/2015; ADI 4.478, rel. min. Ayres Britto, redator do acórdão min. Luiz Fux, DJe de 29/11/2011.

2. Os prazos e valores referentes à religação do fornecimento de energia elétrica não apenas já estão normatizados na legislação setorial pertinente, como o quantum pelo serviços cobráveis e visitas técnicas submetem-se à homologação da ANEEL, razão pela qual não remanesce, sob esse prisma, qualquer espaço para a atuação legislativa estadual, mercê de, a pretexto de ofertar maior proteção ao consumidor, o ente federativo tornar sem efeito norma técnica exarada pela agência reguladora competente.

3. In casu, a lei estadual impugnada, ao dispor sobre a proibição de cobrança de taxa de religação de energia elétrica em caso de corte de fornecimento por falta de pagamento e estabelecer prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para restabelecimento do serviço, sem qualquer ônus para o consumidor, invadiu a competência privativa da União para legislar sobre energia (artigo 22, IV, da Constituição Federal), bem como interferiu na prestação de serviço público federal (artigo 21, XII, b, da Constituição Federal), em diametral contrariedade às normas técnicas setoriais editadas pela ANEEL, com reflexos na respectiva política tarifária.

4. Ação direta CONHECIDA e julgado PROCEDENTE o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da Lei Estadual 13.578, de 14/9/2016, do Estado da Bahia.” (Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.610, Rel. Min. Luiz Fux, Plenário, DJe de 20/11/2019, destaqueei)

ARE 1464398 ED / RO

Demais disso, assevere-se que a ANEEL disciplinou a matéria em questão, por intermédio da **Resolução 414/2010** e, posteriormente, da **Resolução 1.000/2021**, de forma diversa daquela prevista na norma estadual impugnada na presente ação, motivo pelo qual não remanesceria qualquer espaço para a atuação legislativa estadual, mercê de, a pretexto de ofertar maior proteção ao consumidor, o ente federativo tornar sem efeito norma técnica exarada pela agência reguladora competente.

Destarte, faz-se necessária a **declaração da inconstitucionalidade da Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia**.

Ex positis, **DESPROVEJO** o agravo interno.

É como voto.

29/04/2024

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.464.398
RONDÔNIA**

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S)	: MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S)	: ARTHUR FERREIRA VEIGA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
EMBDO.(A/S)	: ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA
ADV.(A/S)	: VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES: Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA em face de decisão do Ilustre Min. LUIZ FUX, que deu provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário interposto por ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELÉTRICA, para declarar a inconstitucionalidade da Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia.

Entendeu o Relator que (a) a competência para legislar sobre energia elétrica é privativa da UNIÃO, nos termos do art. 22, IV, da CF; (b) a ANEEL disciplinou a matéria em questão, por intermédio da Resolução 414/2010, de forma diversa daquela prevista na lei estadual; e (c) o legislador estadual não pode tornar sem efeito norma técnica exarada

ARE 1464398 ED / RO

pela agência reguladora competente a pretexto de ofertar maior proteção ao consumidor.

A ora embargante sustenta, em síntese, haver contradições na decisão embargada, pois (Doc. 39):

(a) o artigo 677, inciso VI, da Resolução ANEEL 1.000, de 07 de dezembro de 2021, foi revogado pela Resolução ANEEL n. 414, esta última utilizada pelo Relator como fundamento para dar provimento ao apelo extremo. Além disso a Lei Estadual 4.659/2019 de Rondônia internalizou dispositivos da resolução revogada que estão em harmonia com a atual; e

(b) considerando que o RE foi interposto em face de decisão do Tribunal de origem em sede de ação direta de inconstitucionalidade estadual, o Relator do processo no STF não poderia decidir monocraticamente sobre a constitucionalidade da norma para prover o recurso, sob pena de violação ao art. 97 e à Súmula Vinculante 10.

Sustenta, ainda, o Relator que *“a norma estadual, a uma, não contrariou as resoluções da ANEEL, em especial, a de nº 1000/2021; a duas, foi editada sob o manto da competência concorrente para tratar sobre proteção ao consumidor e, a três, não poderia ter sido parâmetro de análise, quanto à sua constitucionalidade, com a resolução nº 414, integralmente revogada por normatização posterior”* (fls. 3-4, Doc. 39).

Pede, por fim, *“seja revista a decisão monocrática no sentido de suprir as contradições apontadas, impondo atribuição de efeito modificativo ao julgado, a fim de promover a remessa dos autos para julgamento da matéria em Plenário, em respeito à cláusula de reserva de plenário, ou para reformar a r. decisão monocrática com vistas a negar provimento ao recurso interposto, mantendo-se a constitucionalidade material da Lei Estadual nº 4.659/2019 do Estado de Rondônia, em especial, pela compatibilidade da norma estadual com a Resolução nº 1.000 da ANEEL e com o julgamento proferido na ADI4914.”* (fl. 10, Doc. 39).

Na origem, ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELÉTRICA ação direta de inconstitucionalidade em face da

ARE 1464398 ED / RO

Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, objetivando a declaração da inconstitucionalidade da Lei Estadual n. 4.659, de 26 de novembro de 2019, que dispõe:

“Art. 1º. Fica proibida, no âmbito do Estado de Rondônia, a troca de medidores e padrões de energia, como de similares instalados pelas concessionárias e prestadoras de serviços essenciais ao fornecimento de energia elétrica, sem a devida comunicação prévia ao consumidor, em conformidade ao estabelecido na Resolução nº 414, de 9 de setembro de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Art. 2º. A concessionária deverá comunicar previamente ao consumidor, por meio de correspondência específica a data e a hora da substituição de medidores e padrões de energia, como de similares, quando da execução do serviço, com as informações referentes ao motivo da substituição, contendo as leituras do medidor retirado e do instalado.

Parágrafo único. A empresa concessionária deverá notificar o consumidor responsável pela unidade consumidora 72 (setenta e duas) horas antes da execução do serviço.

Art. 3º. O não cumprimento do disposto nos artigos 1º e 2º desta Lei, sem prejuízo do estatuído na legislação aplicável, sujeitará à empresa concessionária as seguintes penalidades:

I - multa de 50 UPF's (cinquenta unidades de padrão fiscal) pelo descumprimento do artigo 2º; e

II - multa de 100 UPF's (cem unidades de padrão fiscal) em caso de reincidência.

Parágrafo único. O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, adotará as medidas necessárias para o posterior recebimento dos valores das multas previstas no caput deste artigo, mediante recolhimento por Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE destinado à Fonte 100 (cem).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

ARE 1464398 ED / RO

Alegou a autora, em síntese, que compete privativamente à União legislar sobre energia elétrica e dispor sobre os procedimentos inerentes à exploração de tal serviço público, nos termos dos arts. 22; 21, XII, b; e 175, parágrafo único da CF.

O Tribunal de origem julgou improcedente o pedido pra declarar a constitucionalidade da Lei Estadual 4.659/2019, em acórdão assim ementado (fl. 45, Doc. 11):

“Constitucional. Lei n. 4.659/19 do Estado de Rondônia, que estabelece prévia notificação ao consumidor em caso de troca de medidores de energia elétrica. Interferência no Contrato Administrativo de Concessão Pública. Inexistência. Regulamentação no âmbito do Direito do Consumidor. Competência Legislativa concorrente e suplementar. Constitucionalidade da Lei. Ação Direta de Inconstitucionalidade improcedente. Precedentes do STF.

É constitucional a Lei n. 4.659/19, do Estado de Rondônia, que estabelece prévia notificação ao consumidor em caso de troca de medidores de energia elétrica, conquanto, ao legislar sobre o tema, não há nenhuma interferência direta no contrato de concessão pública, em sua essência, de modo a alterar a prestação do serviço e/ou sua tarifação – reservada à União –, tratando-se, sim, de atividade legislativa suplementar do Estado em matéria do Consumidor, visando a proteção dos direitos deste, de modo a aperfeiçoar a relação consumidor-prestador de serviço. Precedente do STF (ADI n. 4.914/AM). “

Os fundamentos adotados pelo acórdão recorrido foram os seguintes (fls.5-6, Doc 11):

“Pois bem, após a análise da norma em questão, visivelmente se constata que esta não instituiu obrigações relacionadas à execução contratual de concessão de serviços públicos a ponto de impingir a competência legislativa da União.

Com efeito, a imposição de informar previamente os

ARE 1464398 ED / RO

consumidores da vistoria, buscou reduzir riscos à integridade dos usuários, destinatários finais, nos termos do artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor, e, como cediço, tal matéria legislativa é concorrente.

Isso porque o artigo 24, inciso VIII, da Constituição Federal atribui concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre responsabilidade por dano causado ao consumidor, sendo que, a troca de medidores e padrões de energia, em tese, poderá causar danos na seara individual do consumidor.

(...)

Ademais, da leitura do 3º da Lei n. 4.659, de 26 de novembro de 2019, vê-se que caso a concessionária desrespeite o disposto nos artigos 1º e 2º, estará a empresa sujeita a multa. É de se observar nitidamente, que a redação do caput dos artigos 1º e 2º da Lei n. 4.659, de 26 de novembro de 2019, se coadunam com as normas gerais previstas no artigo 73 da Resolução Normativa n. 418, de 23 de novembro de 2010, não havendo inconstitucionalidade em tais dispositivos.

Visivelmente a norma em questão não alberga a relação contratual União-concessionária como quer fazer entender a requerente, como se fosse relativo ao serviço de distribuição e tarifação de energia elétrica, mas se trata sim, de segurança do consumidor/usuário. Por isso, estabelece uma obrigação de fazer, ou seja, uma obrigação de prestação positiva, que é informar ao consumidor quando será feita a substituição ou troca dos medidores, para assim evitar uma arbitrariedade por parte da concessionária e inconvenientes que possam surgir pela aparição surpresa.

Deste modo, tratando-se de matéria sujeita à competência concorrente, mostra-se legítima a atividade legislativa do Estado de Rondônia ao ampliar as garantias dos consumidores. Assim, não há que se falar em invasão da competência da União para legislar sobre energia..”

Opostos Embargos de Declaração, foram desprovidos.

No RE, alega-se o seguinte

ARE 1464398 ED / RO

(a) *in casu*, “constatada uma fraude no relógio de energia, a distribuidora está impedida de levá-lo para exame, pois precisa, antes, comunicar o responsável pela fraude, deixando o medidor onde está, e retornar somente três dias depois, quando, é óbvio ululante, a irregularidade inicialmente constatada certamente não existirá mais”, bem que o “impedimento de troca de medidores adulterados representa prejuízo aproximado de R\$ 15 milhões de reais ao ano — decorrente da perda de receita aproximada de R\$ 5,1 milhões devido aos casos de descaracterização da irregularidade” (Doc. 23, p. 13);

(b) a matéria em questão não seria de direito do consumidor, mas de direito de usuários de serviços públicos, certo que a Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia, em verdade, “substituiu a normatização setorial aplicável ao setor de energia elétrica” (Doc. 23, p. 18);

(c) o Tribunal *a quo* aplicou indevidamente o que decidido por esta Corte no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.914, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 11/05/2021, porquanto “a lei estadual discutida naquela ação impunha o dever de notificação prévia, ressalvados os casos de furto de energia, justamente por se tratar de hipótese normatizada pela ANEEL”, certo que, *in casu*, a Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia “não faz a mesma ressalva, tendo sido redigida de forma a impor o dever de notificação prévia até mesmo para os casos de furto de energia, permitindo a supressão da irregularidade antes mesmo da inspeção” (Doc. 23, p. 22).

Por fim, requer o provimento do Recurso Extraordinário para reconhecer a inconstitucionalidade da Lei 4.659/2019 do Estado de Rondônia (Doc. 23, p. 23).

O apelo foi inadmitido pela aplicação da Súmulas 279, 283 e 284, todas do STF (Doc. 25).

No Agravo, sustenta-se a inaplicabilidade daqueles enunciados sumulares (Doc. 27).

É o relatório.

Quanto a alegada violação ao art. 97 da CF e à Súmula vinculante 10,

ARE 1464398 ED / RO

contudo, a alegação não procede.

Na sessão virtual realizada em 22 de março de 2024, o Plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, por unanimidade, resolveu a questão de ordem no RE 913517, para estabelecer: (a) a competência do Plenário do Supremo Tribunal Federal, em quaisquer hipóteses, para processar e julgar **agravos internos e embargos de declaração em recursos extraordinários e recursos extraordinários com agravos interpostos em face de acórdãos proferidos em ações diretas estaduais**; e (b) a obrigatoriedade de submissão dos recursos internos ao Plenário para todos os julgamentos iniciados a partir da publicação da ata da questão de ordem.

Assim, os pronunciamentos do STF no âmbito de recursos extraordinários interpostos contra acórdãos proferidos em controle concentrado de constitucionalidade estadual, quando dizem respeito ao mérito da controvérsia, por apresentarem efeito vinculante e eficácia para todos, devem ter eventuais recursos internos e embargos de declaração julgados pelo Plenário da CORTE.

Todavia, o julgamento dos Recursos Extraordinários e Recursos Extraordinários com Agravos permanecem de competência do Ministro relator do processo.

De outro lado, no que toca ao mérito, entendo que a embargante tem razão.

Com as devidas vênias ao Eminentíssimo Ministro Relator, o Recurso Extraordinário não comporta acolhimento, tendo em vista que a Lei Estadual 4.659/2019, não aborda diretamente o serviço de energia elétrica, mas exclusivamente o direito dos consumidores.

Consequentemente, a norma não padece de vício de inconstitucionalidade, por se tratar de competência concorrente entre a União e os Estados. Além do mais, não foram criados quaisquer ônus às empresas prestadoras de serviço de energia elétrica, mas tão somente foi ampliada a proteção constitucionalmente consagrada aos consumidores.

Veja-se o seguinte precedente do Plenário, tratando exatamente da mesma questão destes autos:

ARE 1464398 ED / RO

“LEGITIMIDADE – PERTINÊNCIA TEMÁTICA – PROCESSO OBJETIVO. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE possui legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra diploma estadual a impor obrigações às empresas prestadoras de serviços de fornecimento de energia elétrica e água, considerado o liame direto entre o preceito atacado e os objetivos institucionais contidos no Estatuto da autora, a qual prescinde, para a instauração de processo objetivo, de autorização expressa dos associados. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ATO ABSTRATO E AUTÔNOMO – ADEQUAÇÃO. Surge viável a formalização de ação direta de inconstitucionalidade voltada a questionar a compatibilidade, com a Constituição Federal, de diploma legal a encerrar normas dotadas de generalidade e abstração, circunstância reveladora de caráter primário e autônomo a justificar o exame, em abstrato, da higidez constitucional do ato, revelando-se irrelevante a possibilidade de identificação dos eventuais destinatários da lei. COMPETÊNCIA NORMATIVA – CONSUMIDOR – PROTEÇÃO – AMPLIAÇÃO – LEI ESTADUAL. Ausente instituição de obrigações relacionadas à execução contratual de concessão de serviço público de fornecimento de energia elétrica e água, surge constitucional norma estadual a versar disciplina relativa ao ônus, imposto aos fornecedores, de expedir notificação pessoal acompanhada de aviso de recebimento quando da realização de vistoria técnica em medidor localizado nas residências de usuários, ante a competência concorrente dos Estados para legislar sobre proteção aos consumidores – artigo 24, inciso V, da Constituição Federal. Precedente do Plenário: ação direta de inconstitucionalidade nº 5.745, julgada em 7 de fevereiro de 2019.

(ADI 4914, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, DJe 11-05-2021)

ARE 1464398 ED / RO

Em contexto ligeiramente diverso, a Primeira Turma desta SUPREMA CORTE, em julgamento unânime do RE 1.181.244-AgR/SP, de minha relatoria, reconheceu a constitucionalidade da Lei 7.282, de 18 de maio de 2017, do Município de Mogi das Cruzes, a qual estabelecia normas municipais que tratavam de direito do consumidor à vista dos interesses locais. Veja-se a ementa do referido julgado:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MUNICÍPIO. COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR PARA LEGISLAR SOBRE CONSUMO EM QUESTÕES QUE EVIDENCIAM O INTERESSE LOCAL.

1. Tem-se, na origem, ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em face da Lei 7.282, de 18 de maio de 2017, do Município de Mogi das Cruzes, que deu nova redação aos artigos 1º e 2º da Lei Municipal 6.809/2013 e outras providências, para dispor acerca da obrigatoriedade, em todas as bombas de abastecimento nos postos revendedores de combustíveis do Município, de informações ao cliente em forma de percentual indicativo da diferença de preço entre o litro do álcool/etanol e da gasolina comum, indicando ainda o combustível mais vantajoso para os consumidores de veículos bicomcombustíveis.

2. Na inicial da ação direta, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo sustenta violação ao princípio federativo, ao argumento de que o Município não detém competência para legislar sobre proteção do consumidor, além do que inexistente interesse local a legitimar a intervenção legislativa da municipalidade.

3. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou improcedente o pedido por entender que, no caso, não houve violação ao pacto federativo.

4. A Federação nasceu adotando a necessidade de um poder central, com competências suficientes para manter a união e a coesão do próprio País, garantindo-lhe, como afirmado por HAMILTON, a oportunidade máxima para a consecução da paz e da liberdade contra o facciosismo e a

ARE 1464398 ED / RO

insurreição (The Federalist papers, nº IX), e permitindo à União realizar seu papel aglutinador dos diversos Estados-Membros e de equilíbrio no exercício das diversas funções constitucionais delegadas aos três poderes de Estado.

5. Durante a evolução do federalismo, passou-se da ideia de três campos de poder mutuamente exclusivos e limitadores, segundo a qual a União, os Estados e os Municípios teriam suas áreas exclusivas de autoridade, para um novo modelo federal baseado, principalmente, na cooperação, como salientado por KARL LOEWESTEIN (Teoria de la Constitución. Barcelona: Ariel, 1962. p. 362).

6. O legislador constituinte de 1988, atento a essa evolução, bem como sabedor da tradição centralizadora brasileira, tanto, obviamente, nas diversas ditaduras que sofremos, quanto nos momentos de normalidade democrática, instituiu novas regras descentralizadoras na distribuição formal de competências legislativas, com base no princípio da predominância do interesse, e ampliou as hipóteses de competências concorrentes, além de fortalecer o Município como polo gerador de normas de interesse local.

7. O princípio geral que norteia a repartição de competência entre os entes componentes do Estado Federal brasileiro é o princípio da predominância do interesse, tanto para as matérias cuja definição foi preestabelecida pelo texto constitucional, quanto em termos de interpretação em hipóteses que envolvem várias e diversas matérias, como na presente Ação Direta de Inconstitucionalidade.

8. A própria Constituição Federal, portanto, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, a priori , diversas competências para cada um dos entes federativos, União, Estados-Membros, Distrito Federal e Municípios, e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-membros e Municípios (CF, arts. 24 e 30, inciso I).

ARE 1464398 ED / RO

9. Verifica-se que, na espécie, o Município, ao contrário do que alegado na petição inicial, não invadiu a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para a edição de normas geral ou suplementar atinentes aos direitos do consumidor (CF, art. 24, V e VIII). Em realidade, o legislador municipal atuou no campo relativo à competência legislativa suplementar atribuída aos Municípios pelo art. 30, I e II, da Constituição Federal.

10. Com efeito, a legislação impugnada na presente Ação Direta atua no sentido de ampliar a proteção estabelecida no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, o qual, apesar de apresentar amplo repertório de direitos conferidos ao consumidor e extenso rol de obrigações dos fornecedores de produtos e serviços, não possui o condão de esgotar toda a matéria concernente à regulamentação do mercado de consumo, sendo possível aos Municípios o estabelecimento de disciplina normativa específica, preenchendo os vazios ou lacunas deixados pela legislação federal (ADI 2.396, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, DJ de 1º/8/2003).

11. Não há que se falar, assim, em indevida atuação do Município no campo da disciplina geral concernente a consumo.

12. Agravo Interno a que se nega provimento.”(RE 1.181.244-AgR/SP, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, DJe de /05/122019)

No julgamento do referido precedente, manifestei-me no sentido de que o federalismo e suas regras de distribuição de competências legislativas constituem um dos grandes alicerces da consagração da fórmula Estado de Direito , que, conforme salientado por PABLO LUCAS VERDÚ, “ ainda exerce particular fascinação sobre os juristas” .

Essa fórmula aponta a necessidade de o Direito ser respeitoso com as interpretações acerca de diferentes dispositivos constitucionais que envolvem diversas competências legislativas, para que se garanta a previsão do legislador constituinte sobre a divisão dos centros de poder

ARE 1464398 ED / RO

entre os entes federativos, cuja importância é ressaltada tanto por JORGE MIRANDA (Manual de direito constitucional. 4. Ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1990, t. 1, p. 13-14), quanto por JOSÉ GOMES CANOTILHO (Direito constitucional e teoria da Constituição. Almedina, p. 87).

O equilíbrio na interpretação constitucional sobre a distribuição de competências na história do federalismo iniciou com a Constituição norte-americana de 1787. A análise de suas características e de suas consequências, bem como do desenvolvimento de seus institutos vem sendo realizada desde os escritos de JAY, MADISON e HAMILTON, nos artigos federalistas, publicados sob o codinome Publius , durante os anos de 1787-1788, até os dias de hoje, e mostra que se trata de um sistema baseado principalmente na consagração da divisão constitucional de competências, para a manutenção de autonomia dos entes federativos e para o equilíbrio no exercício do poder (THOMAS McINTYRE COOLEY. *The general principles of constitutional law in the United States of America* . 3. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1898. p. 52; DONALD L. ROBISON. *To the best of my ability : the presidency the constitution*. New York: W. W. Norton & Company, 1987. p. 18-19). Em 1887, em seu centenário, o estadista inglês WILLIAM GLADSTONE, um dos mais influentes primeiros-ministros ingleses, afirmou que a Constituição dos Estados Unidos: “*era a mais maravilhosa obra jamais concebida num momento dado pelo cérebro e o propósito do homem*” , por equilibrar o exercício do poder.

É importante salientar, dentro dessa perspectiva da “*mais maravilhosa obra jamais concebida*” , que a questão do federalismo e do equilíbrio entre o Poder Central e os Poderes Regionais foi dos temas mais discutidos durante a Convenção norte-americana, pois a manutenção do equilíbrio Democrático e Republicano, no âmbito do Regime Federalista, depende do bom entendimento, da definição e da fixação de funções, deveres e responsabilidades entre os três Poderes, bem como da fiel observância da distribuição de competências legislativas, administrativas e tributárias entre União, Estados e Municípios, característica do Pacto Federativo, consagrado constitucionalmente no Brasil, desde a primeira Constituição

ARE 1464398 ED / RO

Republicana, de 1891, até a Constituição Federal de 1988.

A Federação, portanto, nasceu adotando a necessidade de um poder central, com competências suficientes para manter a união e a coesão do próprio País, garantindo-lhe, como afirmado por HAMILTON, a oportunidade máxima para a consecução da paz e da liberdade contra o facciosismo e a insurreição (*The Federalist papers*, nº IX), e permitindo à União realizar seu papel aglutinador dos diversos Estados-Membros e de equilíbrio no exercício das diversas funções constitucionais delegadas aos três poderes de Estado.

Durante a evolução do federalismo, passou-se da ideia de três campos de poder mutuamente exclusivos e limitadores, segundo a qual a União, os Estados e os Municípios teriam suas áreas exclusivas de autoridade, para um novo modelo federal baseado, principalmente, na cooperação, como salientado por KARL LOEWESTEIN (*Teoria de la constitución* . Barcelona: Ariel, 1962. p. 362).

O legislador constituinte de 1988, atento a essa evolução, bem como sabedor da tradição centralizadora brasileira, tanto, obviamente, nas diversas ditaduras que sofremos, quanto nos momentos de normalidade democrática, instituiu novas regras descentralizadoras na distribuição formal de competências legislativas, com base no princípio da predominância do interesse, e ampliou as hipóteses de competências concorrentes, além de fortalecer o Município como polo gerador de normas de interesse local.

O princípio geral que norteia a repartição de competência entre os entes componentes do Estado Federal brasileiro é o princípio da predominância do interesse, tanto para as matérias cuja definição foi preestabelecida pelo texto constitucional, quanto em termos de interpretação em hipóteses que envolvem várias e diversas matérias, como na presente Ação Direta de Inconstitucionalidade.

A própria Constituição Federal, portanto, presumindo de forma absoluta para algumas matérias a presença do princípio da predominância do interesse, estabeleceu, *a priori* , diversas competências para cada um dos entes federativos, União, Estados-Membros, Distrito

ARE 1464398 ED / RO

Federal e Municípios, e, a partir dessas opções, pode ora acentuar maior centralização de poder, principalmente na própria União (CF, art. 22), ora permitir uma maior descentralização nos Estados-membros e Municípios (CF, arts. 24 e 30, inciso I).

Atuando dessa maneira, se, na distribuição formal de competências, houve um maior afastamento do federalismo centrípeto que sempre caracterizou a república brasileira, na distribuição material, nossas tradições históricas, político-econômicas e culturais, somadas ao próprio interesse do legislador constituinte, que permaneceria como poder constituído (Congresso Nacional), após a edição da Constituição de 1988, acabaram por produzir grande generosidade do texto constitucional na previsão dos poderes enumerados da União, com a fixação de competência privativa para a maioria dos assuntos de destacada importância legislativa.

Consequentemente, concordemos ou não, no texto da Constituição de 1988, as contingências históricas, político-econômicas e culturais mantiveram a concentração dos temas mais relevantes no Congresso Nacional, em detrimento das Assembleias locais, como salientado por JOSÉ ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO (*Teoria geral do federalismo* . Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 317). Isso é facilmente constatado ao analisarmos o rol de competências legislativas da União estabelecidas no artigo 22 do texto constitucional.

Essa opção inicial do legislador constituinte, ao centralizar nos poderes enumerados da União (CF, art. 22) a maioria das matérias legislativas mais relevantes, contudo, não afastou da Constituição de 1988 os princípios básicos de nossa tradição republicana federalista, que gravita em torno do princípio da autonomia, da participação política e da existência de competências legislativas próprias dos Estados, Distrito Federal e Municípios, indicando ao intérprete a necessidade de aplicá-los como vetores principais em cada hipótese concreta em que haja a necessidade de análise da predominância do interesse, para que se garanta a manutenção, o fortalecimento e, principalmente, o equilíbrio federativo (GERALDO ATALIBA. *República e constituição* . São Paulo:

ARE 1464398 ED / RO

Revista dos Tribunais, 1985. p. 10), que se caracteriza pelo respeito às diversidades locais, como bem salientado por MICHEL J. MALBIN, ao apontar que *“a intenção dos elaboradores da Carta Constitucional Americana foi justamente estimular e incentivar a diversidade, transcendendo as facções e trabalhando pelo bem comum”*(A ordem constitucional americana . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 144), consagrando, ainda, a pluralidade de centros locais de poder, com autonomia de autogoverno e de autoadministração, para reforçar a ideia de preservação da autonomia na elaboração do federalismo, como enfatizado por ALEXIS DE TOCQUEVILLE, ao comentar a formação da nação americana (*Democracia na América : leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 37 e ss.), que serviu de modelo para a nossa Primeira Constituição Republicana, de 1891.

Nos regimes federalistas, respeitadas as opções realizadas pelo legislador constituinte e previamente estabelecidas no próprio texto constitucional, quando surgem dúvidas sobre a distribuição de competências e, conseqüentemente, a necessidade de definição do ente federativo competente para legislar sobre determinado e específico assunto, que engloba uma ou várias matérias com previsão ou reflexos em diversos ramos do Direito, **caberá ao intérprete priorizar o fortalecimento das autonomias regionais e locais e o respeito às suas diversidades como pontos caracterizadores e asseguradores do convívio no Estado Federal, que garantam o imprescindível equilíbrio federativo, como na presente hipótese** (JUAN FERRANDO BADIA. *El estado unitário: El federal y El estado regional* . Madri: Tecnos, 1978, p. 77; MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO. *O Estado federal brasileiro na Constituição de 1988*. Revista de Direito Administrativo , n.179, p. 1; RAUL MACHADO HORTA. *Tendências atuais da federação brasileira. Cadernos de direito constitucional e ciência política* , n.16, p. 17; e, do mesmo autor: *Estruturação da federação*. Revista de Direito Público , n. 81, p. 53 ss; CARLOS MÁRIO VELLOSO. *Estado federal e estados federados na Constituição brasileira de 1988: do equilíbrio federativo*. Revista de Direito Administrativo , n.187, p. 1 e ss; JOSAPHAT MARINHO. Rui

ARE 1464398 ED / RO

Barbosa e a federação. *Revista de Informação Legislativa*, n. 130, p. 40 e ss; SEABRA FAGUNDES. Novas perspectivas do federalismo brasileiro. *Revista de Direito Administrativo*, n. 99, p. 1 e ss).

Verifica-se que, na espécie, o ESTADO DE RONDÔNIA, ao contrário do que alegado na decisão agravada não invadiu a competência privativa da União legislar sobre energias, conforme dispõem o artigo 22, IV, da Constituição Federal. Em realidade, o legislador estadual atuou exclusivamente no campo relativo à competência legislativa concorrente atribuída à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre consumo (art. 24, V, da CF/88).

Da leitura dos dispositivos legais impugnados, verifica-se que a legislação objeto da presente demanda atua no sentido de ampliar a proteção estabelecida no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, o qual, apesar de apresentar amplo repertório de direitos conferidos ao consumidor e extenso rol de obrigações dos fornecedores de produtos e serviços, não possui o condão de esgotar toda a matéria concernente à regulamentação do mercado de consumo, sendo possível aos demais entes federados o estabelecimento de disciplina normativa específica, “preenchendo os vazios ou lacunas deixados pela legislação federal” (ADI 2.396, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, DJ de 1º/8/2003).

A presente hipótese trata de norma de conteúdo benéfico ao consumidor (CF, art. 24, V e VIII), cuja competência é concorrente entre a União, os Estados-Membros e o Distrito Federal, e, com patente interesse local, devendo, portanto, como salientado pelo Ministro LUIZ FUX, prevalecer a “compreensão axiológica e pluralista do federalismo brasileiro (art. 1º, V, da CRFP)” , com a necessidade de prestigiar iniciativas normativas regionais e locais sempre que não houver expressa e categórica interdição constitucional, pois “o princípio federativo reclama o abandono de qualquer leitura inflacionada e centralizadora das competências normativas da União, bem como sugere novas searas normativas que possam ser trilhadas pelos Estados, Municípios e pelo Distrito Federal” (ADI 2663/RS, DJe de 26/5/2017).

Dessa maneira, a essencialidade da discussão não está na maior ou na menor importância do assunto específico tratado pela legislação, mas

ARE 1464398 ED / RO

sim na observância respeitosa à competência constitucional do ente federativo para editá-la (MAURICE DUVERGER. *Droit constitutionnel et institutions politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955. p. 265 ss), com preservação de sua autonomia e sem interferência dos demais entes da federação, pois, como salientado por LUCA LEVI:

“a federação constitui, portanto, a realização mais alta dos princípios do constitucionalismo. Com efeito, a ideia do Estado de direito, o Estado que submete todos os poderes à lei constitucional, parece que pode encontrar sua plena realização somente quando, na fase de uma distribuição substancial das competências, o Executivo e o Judiciário assumem as características e as funções que têm no Estado Federal” (NORBERTO BOBBIO, NICOLA MATTEUCCI, GIANFRANCO PASQUINO (Coord.). Dicionário de política. v. I, p. 482).

Sobre a competência para legislar sobre consumo em questões que evidenciam o interesse local, vejamos-se os seguintes precedentes:

“ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI 13.113/2001 E DECRETO 41.788/2002, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE MATERIAIS, ELEMENTOS CONSTRUTIVOS E EQUIPAMENTOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL CONSTITUÍDOS DE AMIANTO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. EXERCÍCIO LEGÍTIMO DA COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS PARA SUPLEMENTAREM A LEGISLAÇÃO FEDERAL. ARGUIÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. 1. Ante a declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 9.055/95, não invade a competência da União prevista nos arts. 24, V, VI e XII, da Constituição da República, a legislação municipal que, suplementando a lei federal, impõe regra restritiva de comercialização do amianto. 2. Trata-se de competência concorrente atribuída à União, aos Estados e Distrito Federal para legislar sobre produção, consumo, proteção do meio

ARE 1464398 ED / RO

ambiente e proteção e defesa da saúde, tendo os Municípios competência para suplementar a legislação federal e estadual no que couber. 3. Espaço constitucional deferido ao sentido do federalismo cooperativo inaugurado pela Constituição Federal de 1988. É possível que Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, no exercício da competência que lhes são próprias, legislem com o fito de expungirem vácuos normativos para atender a interesses que lhe são peculiares, haja vista que à União cabe editar apenas normas gerais na espécie. 4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental julgada improcedente, com a declaração incidental da inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 9.055/95.”(ADPF 109/SP, Rel. Min. EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, DJe de 1º/2/2019)

“Agravos regimentais no recurso extraordinário. Ação direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 3.578/13 do Município de Campos do Jordão que estabelece tempo máximo de espera para atendimento em caixas de supermercado. Matéria de interesse local. Competência municipal. Precedentes. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem reiteradamente afirmando a competência dos municípios para legislar sobre matéria consumerista quando sobreleva o interesse local, como ocorre no caso dos autos, em que a necessidade de um melhor atendimento aos consumidores nos supermercados e hipermercados é aferível em cada localidade, a partir da observação da realidade local. Precedentes: RE nº 880.078/SP-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJe de 1º/6/16; RE nº 956.959/SP, Relatora a Ministra Rosa Weber, DJe de 28/6/16; RE nº 397.094/DF-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 27/10/06. 2. Agravo regimental não provido.”(RE 818.550-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 27/10/2017)

Ressalte-se que as normas impugnadas em nada interferem nos serviços de energia propriamente, pois não tratam sobre geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, tampouco sobre a

ARE 1464398 ED / RO

concessão dos referidos serviços, mas versam exclusivamente sobre a necessidade de prévia fixação de data e turno para a realização de serviços ou entrega de produtos.

Assim, permanece inalterada toda a legislação federal específica que trata dos serviços de energia elétrica e o correspondente regime de concessões.

Diante do exposto, com todas as vênias do Ilustre Relator, DIVIRJO, do eminente Ministro Relator para reconhecer a constitucionalidade da Lei Estadual 4.659/2019 e, em consequência, acolher os Embargos de Declaração, para NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO DA ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELÉTRICA.

29/04/2024

PLENÁRIO

**EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.464.398
RONDÔNIA**

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S)	: MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S)	: ARTHUR FERREIRA VEIGA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
EMBDO.(A/S)	: ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA
ADV.(A/S)	: VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO

VOTO - VOGAL

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES: Acompanho o eminente Relator, Min. Luiz Fux, no sentido do desprovemento do agravo regimental.

Ressalto, no entanto, que está Suprema Corte, em momento oportuno, precisará aprofundar a discussão acerca da aplicabilidade ou não da norma preconizada no parágrafo único do artigo 949 do CPC aos recursos extraordinários interpostos contra **acórdãos proferidos em sede de ações diretas estaduais**, em razão de sua evidente feição objetiva, conforme assentado no julgamento da **Questão de Ordem no RE nº 913.517** (de minha relatoria).

Registro, por fim, ser descabida a verificação, no caso, da presença das hipóteses de impedimento e/ou suspeição, pois restritas aos processos de cunho subjetivo, **não se aplicando, portanto, aos processos de fiscalização concentrada de constitucionalidade.**

É como voto.

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.464.398

PROCED. : RONDÔNIA

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

EMBTE.(S) : MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ADV.(A/S) : ARTHUR FERREIRA VEIGA (10562/RO)

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

EMBD0.(A/S) : ABRADÉE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA

ADV.(A/S) : VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO (58812/DF, 104227/RJ)

Decisão: O Tribunal, por maioria, recebeu os embargos de declaração como agravo interno e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Cármen Lúcia. O Ministro Gilmar Mendes acompanhou o Relator com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

Composição: Ministros Luís Roberto Barroso (Presidente), Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques, André Mendonça, Cristiano Zanin e Flávio Dino.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário



Supremo Tribunal Federal

CERTIDÃO DE TRÂNSITO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1464398

RECORRENTE(S):	ABRADEE ASSOCIACAO BRASILEIRA DISTRIB ENERGIA ELETRICA
ADVOGADO(A/S):	VITOR FERREIRA ALVES DE BRITO
RECORRIDO(A/S):	MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADVOGADO(A/S):	ARTHUR FERREIRA VEIGA
PROCURADOR(ES):	PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Certifico que o(a) acórdão/decisão transitou em julgado em 06/06/2024.

Brasília, 6 de junho de 2024.

Secretaria Judiciária
(documento eletrônico)